

Desemprego e ideologia: as explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos

Tatiana Freitas Stockler das Neves, Cláudia de Almeida Ortega, Ricardo Azevedo Barreto, Catarina Kim, Eda Müller, Fernando Braga da Costa, Gustavo Martineli Massola, Luciana Dadico, Ludimila Hashimoto Barros, Paulo S. Lopes, Márcia Ferreira Amêndola e Tilly Antônia Antão Pires¹

Resumo

O objetivo deste estudo foi descrever e analisar os aspectos ideológicos das explicações sobre as causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos. Consistiu na investigação qualitativo-compreensiva dos discursos de 12 metalúrgicos, 6 empregados e 6 desempregados, obtidos através de entrevistas semi-estruturadas e confrontativas. O desemprego é percebido pela maioria dos metalúrgicos como um fenômeno real, atual, crescente, grave e que atinge grande parte das regiões do Brasil. As explicações mais significativas e freqüentes foram agrupadas nas seguintes categorias: Governo, Falta de Qualificação, Características pessoais, Idade e Automatização. Constatou-se nos discursos um jogo de forças entre os fatores pessoais (ex: pessoas preferirem roubar, mascatear, “partir para as drogas” a trabalharem ou serem muito exigentes na escolha do emprego) e os fatores macrosociais (como automatização, políticas governamentais, globalização), não sendo possível identificar uma homogeneização dos discursos. Por existir conflito, há também a possibilidade de uma ação crítica por parte dos trabalhadores para reivindicar e buscar soluções para a atual e aguda situação do desemprego.

Você deve notar que não tem mais tutu
e dizer que não está preocupado
Você deve lutar pela xepa da feira
e dizer que está recompensado
Você deve estampar sempre um ar de alegria
e dizer: tudo tem melhorado!
Você deve rezar pelo bem do patrão
e esquecer que está desempregado (...)
Você deve aprender a baixar a cabeça
e dizer sempre muito obrigado
São palavras que ainda te deixam dizer
Por se homem bem disciplinado
Deve pois só fazer pelo bem da Nação
tudo aquilo que for ordenado
Prá ganhar um ‘Fuscão’ no júízo final
e diploma de bem comportado (...). [Comportamento Geral, Gonzaguinha].

Introdução

O desemprego é hoje um dos mais graves problemas sociais brasileiros. Diariamente vemos matérias sobre o assunto nos jornais e noticiários, conversamos sobre ou ouvimos falar de pessoas que ficaram desempregadas. A pessoa desempregada, além de temer por sua subsistência e de sua família, carrega ainda a humilhação de ser aquela que não produz e que “pede” pelo emprego. O problema é vivenciado com muita força pelas pessoas que convivem mais proximamente com o desemprego, sejam

¹ Supervisores: Fábio de Oliveira e Mário de Souza Costa.

desempregadas ou empregadas, que compartilham a dor do outro, ao mesmo tempo em que também temem por seus próprios empregos e pela situação econômica do país. O que verificamos com pesar é que esse fenômeno tende a crescer, tornando a cada dia maior a necessidade de sua compreensão e interferência nesse processo.

A ação efetiva contra o desemprego, a forma como ele será enfrentado, a definição de quem deve participar mais diretamente do processo, tudo isso está intimamente relacionado à forma como a população entende o desemprego.

Nesse sentido, vem a pergunta: Como será que as pessoas explicam o desemprego? A que causas o atribuem?

Pesquisas sobre esse tema realizadas em outros países verificaram que as pessoas em geral adotam dois tipos básicos de explicações para o desemprego: fatores pessoais ou fatores ambientais. Assim, existiriam grupos que atribuiriam o desemprego à incapacidade das pessoas desempregadas para procurarem um novo emprego (preguiça, falta de vontade etc.), e outros que o atribuiriam aos fatores macroeconômicos, como a recessão, as políticas públicas etc. Essas pesquisas mostraram também que as explicações pessoais são as mais largamente difundidas no imaginário social.

Sabemos que o desemprego é um fenômeno macrossocial, intimamente relacionado à organização mundial da economia, e que atinge diversos países de forma interligada, interferindo na vida de milhões de trabalhadores. A oferta de postos de trabalho está absolutamente atrelada ao processo de globalização econômica, à inserção de novas tecnologias produtivas, à disputa de mercados pelo capital internacional e à transferência das empresas para regiões nas quais o valor dos impostos é menor, diminuindo assim, os custos de produção.

O que se depreende da situação brasileira é o fenômeno do desemprego com características estruturais, tendo em vista que a modernização do parque industrial e os esforços para a inserção competitiva do país no mercado globalizado têm eliminado postos de trabalho, os quais não serão recuperados em um futuro próximo. As novas exigências de qualificação têm condenado um grande contingente de trabalhadores a não mais entrar no mercado de trabalho.

Tendo isso como pano de fundo, como o trabalhador brasileiro vai estruturar seu discurso ao ser confrontado com a problemática do desemprego? De que formas essas explicações ocorrem?

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma breve descrição e análise dos aspectos ideológicos das explicações sobre as causas do desemprego utilizadas por um determinado segmento de trabalhadores – os metalúrgicos. Baseia-se em pesquisa homônima, realizada em 1997 e vinculada ao Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho da Universidade de São Paulo.

Por que foram escolhidos metalúrgicos? Foram escolhidos trabalhadores metalúrgicos em razão da significação social da categoria no tocante ao fenômeno do desemprego. Foram entrevistados empregados e desempregados para que uma gama maior de explicações possivelmente diferentes sobre as causas do desemprego pudesse ser obtida.

A metodologia utilizada foi a investigação do tipo qualitativo-compreensiva, o que se justifica pelo fato de concentrarmos interesse na forma como a ideologia aparece nos discursos, ou seja, em como os metalúrgicos apropriam-se da ideologia que circula

na sociedade, e não na distribuição da ideologia numa determinada população e sua predominância. Os dados foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas e confrontativas.

A organização do material fornecido pelas entrevistas seguiu as seguintes etapas: levantamento de temas importantes; criação de categorias temáticas emergentes desse levantamento e dos aspectos em comum entre as entrevistas e descrição das categorias; explicitação das diferentes explicações e análise de seus aspectos ideológicos. Algumas dessas categorias temáticas referiam-se diretamente às explicações sobre as causas do desemprego (governo, falta de qualificação, tecnologia etc.) e outras indiretamente (soluções para o desemprego, repercussões do desemprego etc.).

É importante salientar que a delimitação de um estudo para uma população com características próprias (metalúrgicos), não limita o poder de análise de tal estudo, pois, ao especificar uma população, tem-se como objetivo expressar as representações sociais que estão embutidas nos seus discursos particulares.

Sendo este um artigo de Psicologia Social, é necessário que se conceitue, antes de mais nada, o “objeto” que tal disciplina estuda. Para tanto, será utilizado aqui o enfoque proposto pela psicologia social latino-americana (Martín-Baró, 1983; Montero, 1995).

O sentido de Psicologia Social aqui, enquanto objeto de estudo, pode ser definido como o estudo científico da ação enquanto ideológica, entendendo por ideologia aqueles esquemas cognitivos e valorativos produzidos pelos interesses objetivos da classe dominante em uma sociedade determinada e impostos às pessoas que os assumem como seus próprios. Elas mesmas materializam em forma concreta as forças sociais que configuram a realidade. Portanto, para entender sua ação deve-se recorrer às suas raízes sociais.

Martín-Baró (1983) adverte para dois perigos das chamadas ciências sociais: o psicologismo e o sociologismo, que constituem duas formas distintas de reducionismo. No psicologismo há abstração dos problemas da história, os quais são atribuídos aos indivíduos e suas características. O sociologismo reduz todos os problemas à variáveis sociais, negando a participação ativa das pessoas.

Para não cometer tais equívocos, o método dialético parece ser o mais adequado, pois considera que indivíduo e sociedade se constituem mutuamente, sem que se possa entender um sem o outro. Para se compreender os processos ideológicos de uma pessoa deve-se examinar a estrutura social da qual ela é parte.

Em resumo, colocar como objeto da Psicologia Social a ação enquanto ideológica leva a buscar um objetivo que se distingue das intenções positivistas de *entender, prever e controlar a conduta*. Seu objetivo deve ser o de possibilitar uma maior liberdade individual e grupal mediante a tomada de consciência sobre os determinismos sociais da ação. Um maior conhecimento desses determinismos abrirá a possibilidade de opções mais autênticas e de uma ação mais consciente.

Operacionalizamos a investigação a partir do conceito de ideologia, que é o ponto de partida para compreendermos a reflexão proposta por Thompson (1995), que constitui o referencial teórico utilizado neste artigo.

Segundo Chauí (1990), a ideologia, do ponto de vista marxista, pode ser definida como idéias ou representações pelas quais os homens:

...procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural (...); representações estas que tendem a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e dominação política. (p. 21).

A ideologia constitui, assim, representações sobre a realidade construídas a partir dos próprios dados da vida social, porém de forma abstrata e invertida. Abstrata porque apresenta estes dados como acabados, sem o questionamento a respeito da forma como tal realidade foi “concretamente produzida”. Invertida porque toma o resultado de um processo como se fosse sua causa, por exemplo, a desigualdade vista como causa da situação social e não como produzida pelas relações sociais.

Dessa forma, segundo Chauí (1990), a ideologia consiste na “transformação das idéias particulares da classe dominante em “idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade” (p. 95). “A ideologia é uma ilusão necessária à dominação de classe” (p. 104), pois impede que essa dominação e exploração “sejam percebidas em sua realidade concreta” (p. 103), ocultando a existência das divisões sociais para explicar as diferenças sociais (p. 104).

Thompson (1995, *apud* Guareschi, 1996) concebe que um fenômeno só é ideológico quando situado em um contexto sócio-histórico no qual passa a estabelecer e sustentar relações de dominação através de formas simbólicas que circulam na vida social, que direcionam as pessoas para determinados caminhos ou as expropriam de atitudes aversivas à dominação.

De acordo com Guareschi (1996), uma grande diferença trazida pelo estudo de Thompson, refere-se ao abandono da preocupação com a verdade ou falsidade da ideologia (por exemplo, o entendimento da ideologia como as idéias da classe dominante); assim, a ideologia assume a dimensão de uma prática, de um modo de operação, de uma estratégia de ação.

A concepção e o emprego da ideologia dentro dessa perspectiva evita a ingente tarefa de verificar, em cada caso, a validade ou falsidade dos conceitos, aliviando a análise da ideologia de parte do peso epistemológico. Tal análise não pressupõe, necessariamente, que os fenômenos caracterizados como ideológicos devam ser mostrados ou possam ser vistos como errôneos ou ilusórios.

Assim, o conceito de ideologia apontado por Guareschi (1996), é entendido como “formas simbólicas” dentro de uma dimensão específica, que ele denomina “contextual”; isso significa que o discurso do trabalhador ou a forma simbólica pela qual ele se expressa é produzida, transmitida e recebida dentro de um contexto sócio-histórico específico, que se refere ao contexto atual vivido.

Cabe aqui, abrirmos um espaço para discutir a utilização dos discursos como instrumento de análise da ideologia. Primeiramente, podemos tratar os discursos (textos, falas etc.) como representações. Essas representações são relacionadas aos conteúdos da mente, ao imaginário dos entrevistados, e podem ser captadas por nós através das suas palavras. Podemos dizer que estas representações não são individuais, não são representações isoladas de um único indivíduo, baseando-nos na premissa de

que uma representação transmite não apenas o cognitivo e individual, mas também o social. Assim, podemos dizer que uma representação é também social.

Aqui é necessário perguntar: o que faz esta representação ser social? O que faz ela ser social é o fato dela ser instrumento de ação e de apreensão do real de um indivíduo que é um sujeito social. Em outras palavras, ao estudarmos as representações sociais, estamos utilizando o conceito de que um indivíduo é um ser social, configurado pela troca e pelos processos de interação, pois ele não existe enquanto entidade separada do grupo. Sendo assim, estas representações são sempre atravessadas por conteúdos comuns a uma determinada formação social.

O movimento de procurar o discurso como via de análise baseia-se no fato de que o movimento de expansão do domínio das idéias da mente do indivíduo para o mundo social implica pensar o cognitivo como sendo socialmente constituído, o que acaba nos levando a valorizar os conteúdos do pensamento cotidiano. E é neste pensamento cotidiano que podemos encontrar conteúdos comuns, os quais nos permitem acreditar nas representações como campos socialmente estruturados.

Desta forma é de extrema riqueza este tipo de abordagem no tratamento dos discursos, pois privilegiar o social com toda a gama de interações que nele estão contidas, faz com que possamos obter um mundo fluído de posicionamentos os mais diversos, e que são sustentados por diferentes narrativas. Sendo que, é através destas narrativas que poderemos evidenciar múltiplas teorias sobre os objetos com os quais estamos lidando.

Resultados

O desemprego é percebido pela maioria dos metalúrgicos como um fenômeno real, atual, grave, crescente e que atinge grande parte das regiões do Brasil.

As explicações mais significativas e freqüentes utilizadas por eles foram agrupadas nas seguintes categorias: Governo, Falta de Qualificação, Características Pessoais, Idade Avançada e Automatização.

O governo é percebido por quase todos os entrevistados como um dos responsáveis pelo desemprego. Segundo eles, o governo vem piorando ao longo dos anos. Mesmo não sendo considerado o único culpado, tem um papel fundamental na definição do quadro do desemprego no Brasil. Para os entrevistados, um dos problemas do governo é que sua administração tem feito com que o desemprego cresça cada vez mais. Essa administração seria pautada pela ausência de preocupação com as classes mais pobres da sociedade e por um zelo demasiado pelos interesses das classes mais privilegiadas da sociedade ou pelos interesses dos próprios governantes (ou do próprio governo). Além disso, as decisões do governo revelariam descaso para com a questão do desemprego ou mesmo imperícia ou incompetência. Dentre os pontos mais criticados pelos entrevistados quanto à política econômica do governo, encontram-se: falta de investimento na economia; problemas com a política de importação e exportação; falta de incentivo à educação; impostos muito altos; o combate à inflação, gerando desemprego; as mudanças na moeda; falta de incentivo para a abertura de empresas.

Mas, além de ser considerado o responsável pelo desemprego, é atribuído ao governo o poder de modificar esta situação. De modo geral, os aspectos que os entrevistados apontam como mais decisivos para o aumento do desemprego são também vistos como instrumentos para sua redução. Desta forma, as mudanças implantadas pelo governo e responsáveis pelo aumento do desemprego, ou as falhas em sua administração relacionadas a esse aumento, são os aspectos que os entrevistados apontam como tendo que ser mudados para que se solucione o problema do desemprego.

Enfocando a falta de qualificação, a maioria dos entrevistados aponta a falta de escolaridade ou mesmo de conhecimentos exigidos pelas empresas no momento da contratação como causa do desemprego. Muitos se queixaram das exigências feitas pelas empresas do segundo grau completo pelos candidatos. Exemplo:

(...) daqui a alguns dias até coletor de lixo, não desprezando (...) vai ser obrigado a ter segundo grau completo. (...) na K é exigido o segundo grau completo pra entrar (...) Não importa se você vai apertar parafuso. (...) A não ser nas áreas administrativas, que você é obrigado a ter, né, a formação superior. (...) É mais algum tempo vai exigir nível superior que você pode entrar pra apertar parafuso. (T., 30 anos, metalúrgico empregado).

Outra colocação muito freqüente diz respeito às exigências da empresa para uma maior qualificação de seus empregados, entretanto, sem haver um retorno do investimento por meio de oportunidades em funções mais apropriadas. Há reclamações acerca da falta dessas oportunidades, o que faz com que eles desanimem, pois, mesmo que sejam esforçados, esse esforço não resulta em credibilidade para a melhora de suas posições dentro da empresa.

Os entrevistados revelam a dificuldade que têm para se encaixarem dentro dos padrões exigidos, por falta de dinheiro, disponibilidade de tempo para especializar-se tecnicamente em outra área, por falta de incentivo, por falta de oportunidade.

Observou-se, porém, que em algumas entrevistas o grau de escolaridade é considerado algo que não garantiria o emprego.

Além do grau de escolaridade e da exigência de cursos feita pelas empresas, outra explicação que aparece como causa do desemprego e que pode ser compreendida dentro da categoria “falta de qualificação” é a falta de experiência.

Segundo alguns entrevistados, as empresas exigem dos trabalhadores uma experiência mínima de geralmente dois anos para empregá-los. Frente a isso, de acordo com um desses entrevistados, quem tem mais experiência possui mais condições de ser empregado do que quem tem pouca experiência. Esse mesmo entrevistado, porém, critica esta exigência, pois às vezes, para a execução das tarefas na empresa, essa experiência exigida é desnecessária.

A experiência, contudo, não é necessária, segundo alguns entrevistados, quando se conhece alguém de uma empresa (como é o caso dos favorecimentos). Para um desses entrevistados, as empresas até preferem pessoas indicadas, mesmo que essas não tenham experiência.

Uma questão levantada por alguns entrevistados é a de como um jovem recém-formado pode arrumar emprego, se há essa exigência de experiência mínima de dois

anos? Por outro lado, segundo eles, aqueles que têm idade avançada, apesar de terem experiência, são dificilmente empregados. Um entrevistado aponta o quanto as exigências sobre a idade e a experiência do trabalhador estão dificultando cada vez mais o ingresso no mercado de trabalho ou o regresso para ele.

Além dessas categorias, a maior parte dos entrevistados cita alguma característica pessoal como uma das causas do desemprego. Dentre as características pessoais citadas, a mais comum é o desinteresse das pessoas em trabalhar, preferindo fazer outras atividades (como roubar, “*mascatear*”, viver de renda). Em outras entrevistas, o desemprego está associado à característica “*ser exigente*”. De acordo com esses entrevistados, existem pessoas que não aceitam trabalhar em qualquer serviço e, por isso, ficam desempregadas. Essas características, juntamente com a característica (citada apenas por um entrevistado) “*ser acomodado*”, podem ser classificadas como características de caráter. Ao utilizarem-nas para explicarem o desemprego, os entrevistados fazem um julgamento moral do desempregado. Além dessas características, também são citadas: aparência e “*ser político*”. A aparência é citada como causa do desemprego sem, porém, ser amplamente discutida nas entrevistas. “*Ser político*” aparece apenas em uma entrevista como sendo uma característica necessária, mas não suficiente para se estar empregado; característica esta entendida pelo entrevistado como uma habilidade de adaptação à política da empresa, garantindo ao funcionário um “bom convívio” dentro da mesma. Um entrevistado, entretanto, cita uma característica pessoal (“*ser esforçado*”) como algo que não garantiria seu emprego e que seria necessário obter favorecimentos. Nessa entrevista, a influência política (favorecimentos) aparece como um dado relevante à explicação do desemprego. É importante verificar que não há diferenças significativas entre empregados e desempregados; apenas a característica “*ser exigente*” é citada só por empregados.

O uso da explicação “idade avançada” como causa do desemprego também não difere significativamente no discurso de trabalhadores empregados e desempregados.

É consensual entre os entrevistados que um trabalhador na faixa dos 30 anos já encontra dificuldades em arranjar emprego.

Todas as falas, invariavelmente, apontam a idade como pré-requisito de currículo, assim como escolaridade, experiência, entre outras. Muitas vezes os trabalhadores mencionam seu próprio caso em particular.

Em geral, não é constatada nos discursos uma explicação do porquê a idade é entendida como uma condição necessária ou um impeditivo para se entrar em uma empresa. É dito somente que esta concepção é reproduzida nos locais de trabalho.

Alguns poucos entrevistados especulam motivos que pudessem explicar a idade avançada como uma causa do desemprego, atribuindo a ela características que lhe seriam supostamente inerentes, de forma estereotipada, como, por exemplo, saúde debilitada e pouca disposição para o trabalho.

Uma explicação diferente é mencionada por apenas um trabalhador que entende a idade avançada como elemento impeditivo para a pessoa estudar e atualizar-se profissionalmente, e, desse modo, acompanhar as mudanças e transformações das demandas tecnológicas que o mercado atual exige.

A tecnologia e a automação aparecem como uma explicação do desemprego com algumas nuances. Em algumas entrevistas fala-se que, com a automação e a

implantação de equipamentos de tecnologia de ponta, as máquinas antigas são substituídas por novas que necessitam de um número menor de operadores. Em certas entrevistas, o desemprego é explicado pela substituição direta do trabalho humano pela máquina.

Segundo um entrevistado, a tecnologia tem outra conseqüência para os trabalhadores, além do desemprego: a sobrecarga dos funcionários que não são demitidos, com a redução do quadro de empregados. Também considera a tecnologia como algo associado à redução dos custos.

Apenas um entrevistado fala a favor da automação, considerando-a um sinal de desenvolvimento. Além disso, a tecnologia é associada à qualificação. O conhecimento de informática é bastante valorizado e considerado como pré-requisito, mas não garantia de admissão nas empresas.

Além das categorias acima citadas, há explicações sem tanta freqüência, porém de grande importância, que tentam justificar as causas do desemprego: Saturação do mercado, Globalização e Redução de custos.

Existem ainda explanações sobre as causas do desemprego, mas que são citadas em algumas poucas entrevistas: Concorrência entre as empresas, Problemas de saúde, Falta de Favorecimentos, Migração de empresas para outros lugares (como interior do país ou outros estados), Má administração das empresas e Importação (com a importação, algumas empresas deixaram de fabricar produtos no Brasil e, assim, de empregar mais trabalhadores).

Outros temas relacionados com o desemprego enriquecem as entrevistas, mesmo que não sejam respostas diretas para as causas do desemprego: Concorrência no mercado de trabalho, Discriminação no mercado, Falta de Ética dos empregadores, Repercussões do desemprego e Soluções para o desemprego. Não nos ateremos nesse artigo, entretanto, sobre estes temas levantados pelos metalúrgicos.

Análise dos aspectos ideológicos dos discursos nas principais categorias explicativas

O discurso ideológico aparece com freqüência em vários momentos das entrevistas, contudo, analisamos com mais atenção as categorias de explicações que apareceram com maior destaque nas entrevistas: Governo, Falta de Qualificação, Características Pessoais, Idade Avançada e Automatização.

O governo é visto pelos entrevistados como um dos grandes responsáveis pelo aumento do desemprego. Esse papel central que o governo assume nas entrevistas acaba mesmo por torná-lo o principal fator de estruturação das explicações. Desta forma, ele acaba por tornar possível que o entrevistado una os efeitos percebidos do desemprego, como o aumento da criminalidade, às explicações veiculadas pelos meios de comunicação de massa, como, por exemplo, quando se diz que os empresários reclamam dos altos impostos cobrados pelo governo. A responsabilização do governo neste aspecto parece cumprir uma função de estabelecer a coerência entre os vários pontos levantados pelos entrevistados como causas do desemprego.

O governo, investido do poder de transformar a situação social do país, não estaria cumprindo seu papel tanto por descaso, quanto por incompetência. E a transformação da situação social do país acaba por reduzir-se, nas falas dos entrevistados, a uma mudança de governo que poderia acontecer nas próximas eleições. Isso parece servir para os entrevistados como forma de coadunar a dramática situação vivida por quem não encontra nas fábricas uma forma de se sustentar e à sua família, às falas dos empresários de que a situação econômica os obriga a cortar gastos e aumentar a competitividade de suas empresas como forma de sobreviverem numa economia globalizada. Neste momento em que o poder de negociação com os patrões torna-se cada vez mais frágil e em que os sindicatos perdem mais e mais sua influência, pode-se imaginar que o governo seja percebido como a única força social capaz de alterar a situação de miséria em que, na percepção dos entrevistados, se encontram as pessoas que perderam seus empregos. Uma outra explicação pode ser dada à importância com que surge nas entrevistas o governo como causador do desemprego, e esta é a tradição paternalista assumida pelos governos brasileiros, que dessa forma passam a ser percebidos pela população como responsáveis pelos fracassos e sucessos da organização econômica brasileira.

A política econômica do governo é considerada falha em um aspecto bastante importante. Os entrevistados acreditam que uma das grandes causas do desemprego seria o valor excessivo dos impostos cobrados pelo governo. As conseqüências desse erro estariam refletidas no grande número de falências e na dificuldade que os empresários encontram em abrir novas fábricas, ou seja, novos postos de trabalho. Enquanto o governo não diminuir os impostos, dizem os entrevistados, não será possível a diminuição do desemprego. Esta argumentação pode ser considerada falseadora da realidade na medida em que a cobrança de impostos, principalmente os encargos sociais, serve para garantir aos trabalhadores direitos fundamentais duramente conquistados e sem os quais não teria sido possível a instalação do parque industrial brasileiro nem tampouco a circulação do dinheiro que permite a uma economia capitalista crescer e aperfeiçoar-se.

Um outro ponto tocado pelos entrevistados é o que diz respeito aos investimentos na área da educação. Um dos motivos para os altos índices de desemprego, dizem alguns entrevistados, seria a baixa escolaridade do brasileiro, que assim não teria qualificação para conseguir um bom emprego. Esta opinião entra em conflito com uma outra percepção dos próprios entrevistados de que a qualificação torna-se uma exigência inútil na maioria das empresas, já que se contrata um funcionário com segundo grau completo para apertar parafusos, uma função que poderia ser exercida por um funcionário menos qualificado. A partir desta observação, podemos dizer que o fundamental, no que se refere à educação, não é que pessoas menos qualificadas não estão aptas a conseguirem um emprego, mas que não se oferece emprego para pessoas menos qualificadas. Isso pode ser devido à excessiva oferta de mão-de-obra no mercado, que possibilita às empresas escolherem pessoas cada vez mais e mais qualificadas para funções que poderiam ser exercidas por outras com menor qualificação.

Quando versam sobre a falta de qualificação, os entrevistados geralmente partem de um princípio que oculta os determinantes do desemprego. Embora a implementação de novas tecnologias exija mão-de-obra mais qualificada, os entrevistados operam uma inversão causal: a exigência de qualificação e o excesso de

seletividade, que são decorrentes da diminuição do número de vagas e do aumento do exército de reserva de mão-de-obra, aparecem como sendo os próprios determinantes do desemprego, o que de certa forma favorece uma situação de exploração e dominação. Essas idéias, convém mencionar, são extraídas de fatos concretos que as justificam, uma vez que os trabalhadores, ao buscarem emprego, defrontam-se constantemente com essas exigências (como, por exemplo, em situações de entrevista em agências de emprego, em anúncios de jornal ou no contato com as políticas administrativas de algumas empresas). Essas exigências de qualificação são, então, entendidas como fatores que dificultam a reinserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, como uma causa do desemprego. Além disso, todas essas exigências, amplamente difundidas, são compreendidas como procedimentos naturais do mercado de trabalho, o que oculta as razões de sua existência e os demais determinantes do desemprego.

A idade é um argumento utilizado pelo empregador como um meio de obter o controle sobre quem pode ou não trabalhar na empresa. A maioria dos entrevistados percebe a idade avançada como um impeditivo para a contratação, mas poucos justificam o fato. Os que o fazem, utilizam para tal estereótipos que circulam na sociedade a respeito das pessoas mais velhas, como a falta de disposição, seja para trabalhar, seja para atualizar-se profissionalmente.

O critério idade é muitas vezes uma barreira real no momento em que o trabalhador procura o emprego e ouve o argumento, por parte do empregador, de que há um limite de idade exigido; porém, notamos nas falas de alguns entrevistados que, apesar de considerarem o critério injusto, ele é visto como natural e inquestionável.

Observamos, então, uma relação bem sucedida da dominação de determinados interesses sobre outros no âmbito do discurso. Ao discorrerem sobre o critério idade, os trabalhadores entrevistados revelam-se submetidos a esse determinante do desemprego, apresentado por instâncias sociais geradoras de informações e de idéias que favorecem seus interesses específicos de controle das relações de trabalho.

A automatização e a informatização da produção aparecem para os entrevistados como causas importantes do desemprego. A forma pela qual os entrevistados percebem a relação entre automatização e desemprego se expressa através de suas considerações sobre a substituição da mão-de-obra por máquinas que, por serem mais modernas, necessitam de um menor número de operadores. Na percepção dos entrevistados, portanto, as demissões causadas pela introdução de novas tecnologias nas empresas explicam, em parte, o desemprego atual. Essa explicação encontra uma complementação na idéia bastante presente nas entrevistas de que perder o emprego, hoje em dia, é um acontecimento de graves conseqüências, já que parece difícil que um trabalhador nessas condições consiga novamente um emprego, ao menos tão bom quanto o anterior.

A percepção da automatização como causa do desemprego, assim como a associação desta causa com a redução de custos das empresas não é ideológica. No entanto, ao explicarem o desemprego pela automatização, os entrevistados não consideram o caráter que o desenvolvimento tecnológico assume em nossa sociedade, que é o de possibilitar uma maior acumulação de capital por parte dos empresários e não o de, por exemplo, liberar os funcionários do trabalho repetitivo e mecânico das linhas de montagem, sem porém excluí-los do mercado de trabalho.

A ideologia se manifesta também quando os entrevistados consideram o processo de automatização das empresas um processo natural, ou seja, diante da situação atual, o processo de desenvolvimento tecnológico é encarado como único caminho possível, e suas conseqüências encaradas como inevitáveis.

Se o processo é encarado como fazendo parte da “natureza das coisas”, não há a percepção de sua historicidade.

Um aspecto importante citado pelos entrevistados é a enorme dificuldade que os funcionários demitidos enfrentam para conseguir um novo emprego e não a demissão em si.

Se considerarmos que as demissões não repercutem em diminuição da produção, já que uma máquina se encarrega de executar as funções anteriormente designadas para o trabalhador, torna-se imperativo questionar o que tem sido feito com a parcela da produção que anteriormente era entregue como salário ao trabalhador. A manutenção de um equipamento não pode consumir toda essa produção, pois então não haveria vantagem em trocar o trabalhador pela máquina. É mesmo que consumisse, isso poderia significar que o dinheiro anteriormente pago ao operador estaria sendo pago como salário ao serviço de manutenção e não se poderia então falar sobre um aumento do desemprego – novos postos de trabalho poderiam estar sendo criados nas áreas de manutenção. Mas isso de fato não acontece e as empresas e os analistas econômicos se orgulham em chamar esse processo de substituição de mão-de-obra por máquinas de “redução de custos”.

Novos postos de trabalho surgem num ritmo que nem de perto consegue acompanhar o das demissões, o que parece indicar que o dinheiro economizado com a redução do quadro de funcionários não traz a criação de empregos suficientes em outras áreas relacionadas. Assim, o dinheiro parece não estar voltando a circular de forma a possibilitar que seja captado pelo trabalhador demitido. Uma possibilidade é a de que o programa de redução de custos implantado pelas grandes empresas e que inclui a modernização da produção esteja apenas trazendo um aumento no lucro dessas empresas, que assim anulam a possibilidade de que o trabalhador demitido possa participar novamente do resultado da produção. Não que as empresas tenham deixado de investir, pelo contrário: nunca houve tanto investimento em desenvolvimento tecnológico quanto nos dias de hoje, mas esses investimentos não conseguem compensar as demissões que acarretam. Se há investimentos em tecnologia é simplesmente porque esses investimentos possibilitam à empresa reduzir os custos da produção e aumentar os lucros. É inviável que o desenvolvimento de projetos absorva todo o montante de dinheiro poupado com as demissões de funcionários, pois então não haveria sentido neste processo. Em outras palavras, a substituição do homem pela máquina em algumas áreas de trabalho exclui, em caráter definitivo, uma grande quantidade de trabalhadores da possibilidade de participar da produção econômica.

Quanto à categoria características pessoais, ao falar que muitas pessoas preferem roubar, “*mascatear*”, “*viver de renda*”, ou ainda, “*partir para as drogas*” a trabalhar (apesar do Governo dar incentivo ao trabalho), os entrevistados interpretam o desemprego como sendo uma opção pessoal e não como um fator socioeconômico. Desconsideram a questão da limitação do número de vagas disponível para ocupação de novos funcionários nas empresas (corte de pessoal para contenção de despesas). Sem contar a política econômica do Governo que é de contenção de gastos, o que diminui o

investimento na indústria e mesmo no comércio, além do constante afrouxamento de incentivo na área agrícola e pecuária.

Em outros momentos das entrevistas, há a associação do desemprego à situação das pessoas escolherem onde e em que trabalhar, que “*não fazem qualquer coisa*”, querem só atuar na sua especialidade, utilizando-se a característica “*ser exigente*” como causa do desemprego. Essa característica, no entanto, só é citada quando a pessoa está empregada e está dando sua opinião a respeito do desemprego, caso contrário, não é tido como um fator que justificasse o desemprego.

Ao utilizarem-na, os trabalhadores empregados, de um lado, encobrem os determinantes socioeconômicos que produziram o desemprego (assim como ao se explicar o desemprego pelo “desinteresse” dos trabalhadores), o que é ideológico, e, de outro lado, criticam a possibilidade do trabalhador não querer se submeter, por exemplo, a baixos salários, à exploração no trabalho etc. Aquilo que poderia ser encarado como resistência dos trabalhadores às imposições feitas pelos empresários ou pelo governo é desvalorizado e apontado como algo negativo por quem está empregado.

Em geral, ao usarem características pessoais para explicarem o desemprego, os entrevistados fazem um julgamento moral sobre os desempregados, culpabilizando-os pelo desemprego. O desemprego é associado ao caráter desses trabalhadores e não à estrutura macrossocial que o produziu e é justificado como se fosse uma conseqüência natural da falta de interesse dos trabalhadores, das exigências destes etc.

Essa culpabilização das pessoas pelo desemprego tem conseqüências na possibilidade de se modificar a situação do desemprego. Se ele é visto como opção pessoal, os governantes, os empresários etc., estão isentos de qualquer responsabilidade sobre o desemprego e os movimentos sociais que reivindicam mais empregos se tornam inconsistentes, já que o desemprego não estaria calcado em fatores sociais. Esse discurso, contudo, não é absoluto nas entrevistas. Apesar dele estar presente na maioria delas, há também em diversos momentos a explicação do desemprego por fatores macrossociais (automatização, políticas governamentais, globalização etc.).

Conclusão

Através da análise das principais categorias que explicam o desemprego, percebemos nos discursos dos entrevistados a presença da ideologia de duas formas: através do ocultamento dos fatores socioeconômicos e através da naturalização de algumas categorias (idade, automatização). No entanto, a presença da ideologia nos discursos não foi absoluta. No primeiro caso, há um jogo de forças entre os fatores pessoais e os fatores socioeconômicos, sendo que, em muitos momentos, nas explicações utilizadas pelos entrevistados a respeito das causas do desemprego, os fatores estruturais parecem ter se sobreposto aos fatores que colocam sobre o trabalhador a responsabilidade pelo desemprego. No segundo caso, apesar de algumas categorias terem sido percebidas como naturais, foram, ao mesmo tempo, consideradas injustas.

A heterogeneidade presente nos discursos dos entrevistados é interpretada por nós como a incorporação, por parte destes, das várias concepções que circulam na

sociedade: dos economistas, dos empresários, dos sindicatos, da mídia etc. Isso não significa que os entrevistados reproduzem essas concepções, mas, ao incorporá-las, interpretam-nas e constroem um discurso próprio a partir delas, discurso este marcado por uma não articulação destas várias concepções.

Por estarem presentes nesses discursos concepções contraditórias, acreditamos haver a possibilidade de conflito entre elas e, assim, a possibilidade de ruptura e de modificação, de uma contra-hegemonia e de uma ação crítica por parte dos trabalhadores para reivindicar e buscar soluções para a atual e aguda situação do desemprego.

Bibliografia

- Brandão, H. H. N. (1994). *Introdução à Análise do Discurso*, Campinas: Editora da Unicamp.
- Chauí, M.S. (1990). *O que é Ideologia*, São Paulo: Brasiliense.
- Guareschi, P. A. (1995). *O Espaço da Ideologia na psicologia*, Porto Alegre: Psico.
- Heller, A. (1972). *O Cotidiano e a História*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marques, C.J. (1996). O Brasil Desempregado. *Isto É*, 1376: 22-25.
- Martín-Baró, I. (1983). *Acción y ideología: psicologia Social desde Centro América*, El Salvador: UCA Editores.
- Mattoso, J.E.L. (1994). Trabalho sob Fogo Cruzado. *São Paulo em Perspectiva*, 8 (1): 13-21.
- Montero, M. (1995). Estratégias Discursivas Ideológicas. *In*: S.T.M. Lane e B.B. Sawaia (orgs.) *Novas Veredas da Psicologia Social*, São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, F. (1997). A Investigação das Práticas Discursivas. *In*: *A Construção Social dos Discursos sobre o Acidente de Trabalho*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP, capítulo 3, p. 24-30.
- Spink, M.J.P. (1993). *O Contexto como Pretexto*, trabalho apresentado durante o XXIV Congresso Interamericano de Psicologia, Santiago do Chile, mimeo.
- Spink, M.J.P. (1994). Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. *In*: P.A. Guareschi e S. Jovchelovitch (orgs.) *Textos em representações sociais*, Petrópolis: Vozes, capítulo 4.